

ATLAS DA QUESTÃO AGRÁRIA NORTE MINEIRA (2020)**Daniel Figueiredo Castilho¹**

FERREIRA, Gustavo H. Cepolini (Org.). **Atlas da questão agrária Norte Mineira**. São Paulo: Entremares, 2020.



O “Atlas Da Questão Agrária Norte Mineira” (2020)², organizado pelo professor Gustavo Henrique Cepolini Ferreira, faz uma discussão com enfoque na “[...] territorialização do campesinato e do agronegócio no norte de Minas Gerais como antagônicas e contraditórias. Por conseguinte, analisa-se alguns elementos da luta pela terra e território a partir dos diferentes conflitos e disputas” (FERREIRA, 2020, p. 19).

O Atlas é organizado com base no prefácio elaborado pelo professor e pesquisador Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Na sequência, consta uma apresentação e o preâmbulo contextualizando a pesquisa e articulações para construção do atlas.

Posteriormente, nota-se o atlas em si, com mapas, gráficos e imagens que revelam importantes registros sobre o norte de Minas Gerais. Destacam-se os conflitos por terra entre 2000 e 2019 nos municípios; a presença do trabalho escravo também entre 2000 e 2019; os conflitos por água; o projeto “Um Milhão de Cisternas”; os mapas dos assentamentos rurais; das Terras Indígenas Xakriabá e Tuxá; das áreas quilombolas; as territorialidades do norte de Minas.

¹ Licenciando em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Montes Claros/MG. Bolsista IC/FAPEMIG. E-mail: dani.fig.fig@gmail.com. Lattes id: <http://lattes.cnpq.br/4044960445635149>. Orcid id: <https://orcid.org/0000-0002-0119-1270>

²Atlas Da Questão Agrária Norte Mineira. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1HalS2hvUaYharwMmnUFwAIXGm-ut8O6g/view>. Acesso em: 20 jan. 2022.

Após o conjunto de mapas, constam quatorze capítulos e dois anexos – Manifesto e Carta aberta sobre os impactos da mineração e sobre a construção da Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais.

Dessa forma, o “Atlas Da Questão Agrária Norte Mineira” vai além daquele atlas da palavra que dá a ideia do sentido básico que geralmente se atribui a um atlas, sendo notório durante a leitura, bem como reforçado pelo organizador em alguns trechos do livro e por intermédio das pesquisadoras/res nos seus capítulos.

Ressaltam não somente as estatísticas e configurações atuais do campo norte-mineiro ou apenas a estratégia de especializar cartograficamente, mas também busca-se evidenciar como se deu o processo histórico que resultou nesses registros e configurações territoriais. Como mencionado por Ferreira (2020, p. 17), “Por isso, assumimos o papel de escancarar os dados estatísticos por meio de uma análise crítica e, por vezes, propositiva ao reconhecer os conflitos a partir da territorialização do campesinato e do agronegócio no Norte de Minas Gerais”.

Sendo assim, mostra-se a realidade do interior da violência no campo e em defesa das comunidades indígenas, quilombolas e camponesas e da autonomia desses povos e comunidades historicamente injustiçadas.

O Atlas da Questão Agrária Norte Mineira traz à tona as especificidades de cada um dos quatorze casos apresentados em cada capítulo. Desde as práticas da “grilagem judicial”, começando com a divisão de terras feita pela coroa portuguesa no período colonial, depois como uma estratégia geopolítica das elites fundiárias regionais e locais como na comarca de Grão Mogol por meio de ações judiciais de divisão e demarcação de fazendas que jamais existiram, nas terras devolutas controladas pelo governo do estado; depois por meio dos contratos de arrendamento firmados pelos órgãos estatais da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e Fundação Rural Mineira Colonização e Desenvolvimento Agrário (RURALMINAS) a rentistas, passando pela falsificação de documentos para tentar enganar os camponeses em relação à propriedade e posse das áreas livres e de uso comum, também por meio da compra e venda das terras arrendadas para empresas. As ações de usucapião movidas pelas empresas contra o estado em consequência da perda dos documentos de contrato de vencimento dos arrendamentos por parte do estado, além de ações como retificações de matrículas e as cessões e doações de posse das terras livres e grande parte devolutas e de uso comum geraizeiro no Vale das Cancelas. Tudo isso sem contar as ações de violência a mando dos próprios grileiros e também com as ações de

despejo realizadas pelo estado com a repressão violenta, violando direitos humanos e normas federais e estaduais.

Evidenciam também a história dos conflitos no norte de Minas, quando é mostrado ao leitor o caráter conflituoso e violento do processo de "ocupação" e exploração da região que, segundo dados apresentados no livro, é a região mais conflitiva do estado de Minas Gerais, principalmente no que se refere aos conflitos fundiários; dos processos de tentativa de implementação dos grandes projetos minerários nas microrregiões de Salinas, Janaúba e Grão Mogol; do acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a resistência camponesa na Fazenda Arapuim localizada no município de Pedras de Maria da Cruz, construindo a reforma agrária popular. Um breve histórico da Liga dos Camponeses Pobres (LCP) no norte de Minas, região de surgimento do movimento que hoje está presente em diferentes regiões do país.

Os conflitos ocorridos a partir de um decreto presidencial de criação do território quilombola que acabou criando uma sobreposição de territórios e interesses entre quilombolas e camponeses que se contrapunham, gerando embates, e o trabalho coletivo que por meio da construção da “Ponte da Aliança Operário-Camponesa” de forma coletiva, voluntária e independente, no distrito ligando as cidades de Varzelândia e São João da Ponte, apoiada pela LCP e pela Liga Operária fortaleceu a organização e estreitou vínculo entre as comunidades (quilombola e camponesas) em Brejo dos Crioulos. A história “Da Ocupação ao Assentamento Floresta Viveiros em Pirapora”, em que mesmo tendo consolidado a desapropriação e estando na terra da antiga fazenda os trabalhadores rurais seguem lutando por melhorias cotidianas fruto da reforma agrária. Analisa-se o “Uso e intoxicação por agrotóxicos em trabalhadores agrícolas do Projeto Jaíba”.

Na sequência, os capítulos tratam dos desafios em trabalhar com a “Agricultura urbana em Montes Claros: Uma Transição Agroecológica no Semiárido”; as antropologias dos sete povos da articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais, com o texto “De Nativos, de Caboclos e de suas antropologias”. Os conflitos e resistências com os “Povos, Comunidades Tradicionais e Seus Territórios no Norte de Minas Gerais”, quando é apresentado resumidamente como vivem os povos e comunidades tradicionais do norte-mineiro, suas conquistas e a busca pelo reconhecimento, afirmação de suas identidades e a “[...] luta pelo direito aos seus territórios tradicionais” (FERREIRA, 2020, p. 139) em um cenário marcado por conflitos socioambientais e injustiças na disputa por terra, território e água. “A Nova Cartografia Social no Sertão Norte Mineiro”, com um breve relato da

experiência da autcartografia (automapeamento) do território realizada pela comunidade quilombola de Buriti do Meio, no município de São Francisco, como instrumento de “[...] luta pela reivindicação e reconhecimento de seu território e seus direitos fundamentais” (FERREIRA, 2020, p. 147).

Também abordam a realidade dos povos indígenas em: “Xakriabá, Fronteiras, Lutas e Resistências no Norte de Minas Gerais - Brasil”, percorrendo sobre a história da luta coletiva com destaque para atuações das lideranças de Cacique Rodrigão e depois Cacique Rosalino no passado e as atuais de resistência contra as medidas genocidas, pela defesa dos direitos e pelo reconhecimento da condição indígena Xakriabá por parte do Estado, e da demarcação e homologação das terras indígenas. E a “Educação do Campo em Pauta no Norte de Minas Gerais”, em que discute-se como se deu o processo histórico de inserção das escolas do campo na região, principalmente por meio de mobilizações e articulações regionais com participação de movimentos, da universidade, além de algumas propostas e os desafios enfrentados; além dos dois anexos supracitados – Manifesto e Carta aberta sobre os impactos da mineração e em defesa dos povos e das águas de Minas Gerais e Bahia; e sobre a construção da Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais, respectivamente.

Dessa maneira, o Atlas possui uma importância e valor histórico e político de relevância social, acadêmica e política, contribuindo tanto como um material de análise para futuras pesquisas, bem como para a geografia agrária da região e do Brasil, quanto com o entendimento da história e valorização cultural do norte de Minas Gerais, e assim construir um instrumental para debater, diagnosticar e fomentar a criação e execução de políticas públicas que favoreçam a construção da reforma agrária e a defesa dos direitos humanos, territoriais e social do campesinato, dos quilombolas e indígenas.

Recebido em 24 de fevereiro de 2022.

Aceito em 31 de março de 2022.

Publicado em 20 de abril de 2022.